

Matusalém Gonçalves Pimenta

DIREITO PROCESSUAL MARÍTIMO

4^a Edição, Revista, Atualizada e Ampliada
*Edição atualizada nos termos das Leis 13.964/2019, 14.836/2024
e da Resolução 65/2024 do Tribunal Marítimo*

Apresentação: Desembargador Theophilo Antonio Miguel Filho (TRF2)

Prefácio: Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (STJ)

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Apresentação à Quarta Edição	1
Prefácio à Quarta Edição	5
Apresentação à Terceira Edição	9
Prefácio à Terceira Edição.....	11
Prefácio à Segunda Edição	15
Apresentação à Primeira Edição.....	19
Prefácio à Primeira Edição	21
Introdução à Quarta Edição	23
Capítulo 1 – Prolegômenos do Processo Administrativo Sancionador	27
1.1 Conceito de Processo Administrativo Sancionador	28
1.2 Natureza Jurídica do Processo Sancionador.....	29
1.3 Objeto do Processo Sancionador.....	31
1.4 Princípios Norteadores do Processo Sancionador	32
1.4.1 Princípio do devido processo legal	33
1.4.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa	34
1.4.3 Princípio da imparcialidade do juiz	37
1.4.4 Princípio da inércia da jurisdição	39
1.4.5 Princípio da vinculação do juiz ao pedido ou da correlação	39
1.4.6 Princípio da paridade de armas	41
1.4.7 Princípio do <i>favor rei</i>	42
1.4.8 Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	44
1.4.9 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	46

1.4.10 Princípio da presunção de inocência.....	47
1.4.11 Princípio da Razoável duração do processo	48
1.4.12 Princípio da verdade processual.....	50
Capítulo 2 – Processos de competência da Autoridade Marítima.....	53
2.1 Das Infrações Marítimas Simples Gerais.....	54
2.1.1 Da tramitação	55
2.1.2 Dos prazos.....	56
2.1.3 Das penalidades cabíveis.....	58
2.2 Das Infrações Marítimas Simples Ambientais.....	60
2.2.1 Das infrações administrativas à Lei nº 9.605/1998.....	61
2.2.2 Das infrações relativas à água de lastro	65
2.2.3 Das infrações relativas aos sistemas anti-incrustantes.....	67
2.3 Das Infrações Administrativas à Lei n.º 9.966/2000	69
2.3.1 Da competência da autoridade marítima	70
2.3.2 Dos prazos.....	72
2.4 Considerações	73
Capítulo 3 – A Corte Marítima Brasileira.....	77
3.1 Sinopse Histórica	77
3.2 Composição do Colegiado	86
3.3 Atribuições dos Juízes.....	90
3.4 Corregedoria do Tribunal	92
3.5 Secretaria	92
3.6 Comissão de Jurisprudência	92
3.7 Procuradoria Especial da Marinha.....	93
3.8 Patrocínio	93
3.9 Garantias da Ampla Defesa e do Contraditório.....	94
3.10 Competência.....	95
3.11 Jurisdição	101
3.11.1 Da jurisdição no mar territorial	104

3.11.2 Da jurisdição na zona econômica exclusiva	105
3.11.3 Da jurisdição na plataforma continental	109
3.11.4 Da jurisdição em alto-mar	112
Capítulo 4 – A Procuradoria Especial da Marinha	117
4.1 Origem Histórica	117
4.2 O Caso Changri-lá.....	119
4.3 Competência	124
4.4 Composição e Atribuições	125
4.5 Considerações	126
Capítulo 5 – Acidentes da Navegação	129
5.1 Dos Acidentes da Navegação.....	129
5.1.1 Naufrágio.....	130
5.1.2 Encalhe	133
5.1.3 Variação	136
5.1.4 Colisão	138
5.1.5 Abalroação	139
5.1.6 Água aberta.....	142
5.1.7 Incêndio	146
5.1.8 Explosão.....	149
5.1.9 Arribada.....	150
5.1.10 Alijamento	152
5.1.11 Avaria ou defeito de risco	154
Capítulo 6 – Fatos da Navegação	157
6.1 Dos Fatos da Navegação.....	157
6.1.1 Do mau aparelhamento. Da impropriedade da embarcação. Da deficiência da tripulação	158
6.1.2 Da alteração da rota	161
6.1.3 Da má estivação da carga.....	164
6.1.4 Da recusa injustificada de socorro.....	165

6.1.5 Do emprego da embarcação na prática de atos ilícitos.....	166
6.1.6 Dos fatos de risco à embarcação, às vidas ou à carga.....	173
6.2 Do Crime de Atentado contra o Transporte Marítimo	177
Capítulo 7 – Proposta de Sistematização dos Acidentes e Fatos da Navegação	183
7.1 Das Avarias Marítimas.....	184
7.1.1 Avaria grossa ou comum	185
7.1.2 Avaria simples ou particular.....	186
7.2 Proposta de Sistematização dos Acidentes e dos Fatos da Navegação	187
7.2.1 Avaria-dano.....	189
7.2.2 Avaria-despesa.....	190
7.3 O Caso Costa Concordia	192
7.3.1 Do navio e da sua última viagem	193
7.3.2 Das normas internacionais para o <i>passage plan</i>	193
7.3.3 Da falácia de exposição do navio a perigo	194
7.3.4 Da inverdade sobre mudança de rota	195
7.3.5 Da colisão: primeiro acidente.....	196
7.3.6 Da água aberta: segundo acidente	198
7.3.7 Da variação: terceiro acidente.....	199
7.3.8 Da colisão posterior: quarto acidente.....	200
7.3.9 Da água aberta posterior: quinto acidente.....	200
7.3.10 Do naufrágio: sexto acidente.....	200
7.3.11 Da possível omissão de socorro.....	202
7.3.12 Das condenações	204
Capítulo 8 – Inquérito Marítimo e Investigação de Segurança	207
8.1 Da Natureza Jurídica.....	207
8.2 Da Competência para Instauração.....	209
8.2.1 Da ordem de precedência.....	209

8.2.2 Da competência consular.....	211
8.3 Dos Elementos Essenciais do Inquérito	211
8.4 Das Provas	212
8.5 Da Oitiva das Testemunhas	214
8.5.1 Da notificação	214
8.5.2 Da qualificação da testemunha.....	215
8.5.3 Da capacidade para testemunhar	215
8.5.4 Do compromisso de dizer a verdade.....	216
8.5.5 Da possibilidade de assistência jurídica.....	218
8.5.6 Do depoimento de estrangeiros.....	220
8.6 Do Prazo para Conclusão ou Prorrogação	220
8.7 Da Defesa Prévia.....	221
8.8 Das Hipóteses de não Cabimento de Instauração do IAFN	221
8.8.1 Navios da Marinha do Brasil e de Estados estrangeiros.....	222
8.8.2 Arribada justificada.....	225
8.9 Do Envio do Inquérito ao TM.....	226
8.10 Da Investigação de Segurança – ISAIM	226
8.10.1 Da Resolução MSC 255 (84).....	227
8.10.2 Das hipóteses de instauração da ISAIM	227
8.10.3 Da vedação da busca de responsabilidade.....	228
8.10.4 Da independência funcional do investigador.....	229
8.10.5 Da divulgação da ISAIM.....	229
Capítulo 9 – Processo de Competência do Tribunal Marítimo	231
9.1 Sistemas processuais.....	232
9.1.1 Sistema processual inquisitivo	233
9.1.2 Sistema processual acusatório	234
9.1.3 Sistema processual misto.....	235
9.1.4 Atual sistema processual brasileiro.....	236
9.2 Interpretação conforme (Supremo Tribunal Federal)	240

9.3 Adequação da reforma penal aos processos marítimos	243
9.4 Processo de competência do Tribunal Marítimo	248
9.4.1 Da Instauração do Processo.....	249
9.4.1.1 Por iniciativa pública.....	249
9.4.1.2 Por representação do Parquet	250
9.4.1.3 Por decisão do Tribunal Marítimo.....	256
9.4.2 Por iniciativa privada	257
9.5 Da Suspensão e do Impedimento dos Juízes	260
9.6 Da Distribuição dos Processos.....	261
9.7 Da Assistência	261
9.8 Do Litisconsórcio.....	262
9.9 Do <i>Amicus Curiae</i>	263
9.10 Do Recebimento da Representação	264
9.11 Da Citação	265
9.12 Da Defesa Técnica.....	268
9.13 Das Audiências.....	269
9.14 Da Instrução	269
9.15 Da Prova.....	270
9.15.1 Da testemunha.....	272
9.15.2 Da perícia	274
9.16 Das Alegações Finais	277
9.17 Do Julgamento.....	279
9.18 Do Trâmite para o Arquivamento.....	282
Capítulo 10 – Recursos, Penalidades e Execução na Corte Marítima	285
10.1 Da Prescrição e da Decadência	285
10.1.1 Da decadência	286
10.1.2 Da prescrição	288
10.2 Da Decisão Surpresa	296
10.3 Do Voto de Minerva.....	299

10.4 Dos Recursos Admitidos na Corte Marítima.....	308
10.4.1 Do agravo	312
10.4.2 Dos embargos de declaração	313
10.4.2.1 Declaratórios contra decisão não fundamentada	315
10.4.2.2 Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	316
10.4.3 Dos embargos de nulidade ou infringentes	318
10.5 Das Penalidades Aplicáveis pela Corte Marítima.....	323
10.5.1 Das circunstâncias agravantes.....	326
10.5.2 Das circunstâncias atenuantes	326
10.5.3 Da dosimetria da pena.....	326
10.6 Da Execução	329
Capítulo 11 – Processo de Registro de Competência do	
Tribunal Marítimo	331
11.1 Do Registro de Propriedade Marítima	332
11.2 Do Registro dos Direitos Reais e de outros Ônus	339
11.3 Do Registro de Armador	340
11.4 Do Registro Especial Brasileiro	342
11.5 Do Registro Temporário Brasileiro	345
11.6 Do Processo de Registro no Tribunal Marítimo.....	346
11.6.1 Do procedimento nos processos de registro.....	348
11.6.2 Dos recursos nos processos de registro.....	349
Capítulo 12 – Repercussão das Decisões do Tribunal	
Marítimo no Poder Judiciário.....	353
12.1 Da Eficácia das Decisões do Tribunal Marítimo	353
12.2 Do Sobrestamento do Processo.....	356
12.3 Do Veto Presidencial no CPC/2015	359
12.3.1 Do oligofrênico veto	361
12.3.2 Das consequências do veto	368
12.3.3 Considerações.....	370

12.4 Da Ação Anulatória contra Acórdão do Tribunal Marítimo	371
Capítulo 13 – Duplo Grau de Jurisdição: Proposta de Alteração do Regimento Interno do Tribunal Marítimo	375
13.1 Do Pacto de São José da Costa Rica	376
13.2 Da Obrigatoriedade dos Tratados Internacionais	379
13.3 Das Teorias Monista e Dualista.....	382
13.3.1 A corrente dualista	382
13.3.2 A corrente monista	383
13.4 Das Cartas Políticas no Direito Comparado	386
13.5 Da Obrigatoriedade dos Tratados no Sistema Jurídico Brasileiro	389
13.6 Do Duplo Grau de Jurisdição na Constituição Brasileira.....	395
13.7 Da Proposta de Alteração do Regimento Interno do TM.....	397
13.7.1 Do estabelecimento de recurso irrestrito	398
13.7.2 Da estrutura fracionada dos órgãos julgadores.....	400
13.7.3 Da proposta de divisão do Colegiado Marítimo em turmas.....	403
13.7.4 Da possível resolução de alteração do RIPTM	404
13.7.5 Da proposta de tratamento isonômico para os juízes do TM	405
Capítulo 14 – A Histórica Resolução 65/2024 do Tribunal Marítimo	411
14.1 Da Divisão do Tribunal em Órgãos Fracionários	411
14.2 Do Julgamento nas Turmas.....	413
14.3 Da Ordem de Arquivamento da PEM	417
14.4 Do Recurso Irrestrito para Órgão Superior	418
14.5 Da Liturgia Isonômica de Tratamento (Desembargador - Resolução 66/2025).....	420
Capítulo 15 – Suposta Competência do Tribunal Marítimo para Julgar Poluição do Meio Ambiente Marinho	423
15.1 Da Jurisdição	423
15.2 Da Competência	425
15.3 Da Suposta Competência do TM para Julgar Poluição	427

15.3.1 Da incompreensão do conceito de competência.....	427
15.3.2 Da natureza jurídica diversa.....	428
15.3.3 Da mixórdia entre crime e infração administrativa	429
15.3.4 Do suposto rol exemplificativo.....	431
15.3.5 Da Resolução 49/2020 do Tribunal Marítimo	432
15.4 Reflexões sobre a Poluição da Costa Brasileira (2019)	438
Referências.....	443
Anexos	453